



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**257<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ata da ordem do dia 16 e 17 de agosto de 2017**

**Brasília – DF**

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

#### **Ata da 257ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF

**Data:** 16 e 17/08/2017

1 Aos dezesseis e dezessete dias do mês de agosto de dois mil e dezessete teve início a 257ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Sr.  
3 Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes  
4 os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Solange Teixeira,  
5 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS; Conselheira Titular Carmen Lúcia  
6 Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos;  
7 Conselheira Titular Rosângela Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de  
8 Assistência Social e Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social –  
9 FNUSUAS/PA; Conselheira Titular Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do  
10 Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO; Conselheiro Suplente Samuel  
11 Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua; Conselheira Titular Clátia  
12 Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes,  
13 Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheiro Suplente Leovane Gregório, Representante  
14 do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira,  
15 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS;  
16 Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar;  
17 Conselheira Suplente Tathiane Aquino Araújo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans  
18 no Brasil – REDE TRANS/SE; Conselheira Suplente Elisa Maciel Costa, Representante da  
19 Associação Mayle Sara Kali; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho,  
20 Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE; Conselheiro  
21 Suplente Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento  
22 Integral – CADI; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa  
23 Instituto de Ação Social; Conselheira Titular Maíra Leilane Oliveira Almeida, Representante do

24 Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro Titular  
25 Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos; Conselheira Titular Maria  
26 Amélia Sasaki, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira  
27 Titular Mariana de Souza Machado Neris, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social  
28 – MDS; Conselheiro Titular Luis Otávio Pires de Farias, Representante do Ministério do  
29 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Edna Aparecida Alegro, Representante da  
30 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI; Conselheira Suplente  
31 Marisa Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais –  
32 CONGEMAS; Conselheira Titular Elcimara Rangel Loureiro Alcício, Representante do Colegiado  
33 Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS; Conselheira Suplente Marília Paiva de Carvalho,  
34 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Thereza de  
35 Lamare Franco Netto, Representante do Ministério da Saúde; Conselheira Suplente Raquel de  
36 Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS;  
37 Conselheira Suplente Nayara Frutuoso Furtado, Representante do Ministério do Desenvolvimento  
38 Social - MDS; Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do  
39 Desenvolvimento Social/MDS. **ABERTURA 16/08/2017:** O Conselheiro Fábio Moassab Bruni,  
40 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e Representante Titular do Ministério do  
41 Desenvolvimento Social – MDS, iniciou a reunião cumprimentou a todos e passou a palavra a Vice-  
42 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos para realizar sua saudação. Realizada a saudação  
43 pela Vice-Presidente, o Presidente Fábio Moassab Bruni solicitou que a Secretária Executiva  
44 realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, Presidente Fábio Moassab Bruni colocou  
45 para aprovação dos conselheiros a Ata da 256ª Reunião Ordinária do CNAS e não havendo  
46 nenhuma manifestação contrária, a ata foi aprovada. Prosseguindo, informou que a pauta é  
47 composta por: Dia 16/08: 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata da 256ª Reunião Ordinária do CNAS  
48 e da Pauta da 257ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 as 11h00 – Informes da Presidência,  
49 Secretária Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 11h00 as 12h00 –  
50 Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; das 14h00 as  
51 16h00 – Avaliação do Programa Primeira Infância no SUAS – Aspectos Técnicos, Administrativos  
52 e Financeiros – Resolução CNAS nº 19/2016; das 16h00 as 18h00 – Gestão do Trabalho no SUAS:  
53 Balanço do CapacitaSUAS e Impacto da Reforma Trabalhista no SUAS. Dia 17/08 – Continuação  
54 da 257ª Reunião Ordinária do CNAS – das 09h00 as 10h00 – Relato da Presidência Ampliada; das

55 10h00 as 11h00 – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das  
56 11h00 as 12h00 - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 14h00 as 16h00 -  
57 Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 16h00 as 18h00  
58 - Relato da Comissão de Políticas da Assistência Social. Propôs que seja realizada uma alteração na  
59 pauta, em decorrência da agenda do Sr. Halim Antônio Girade, Secretário Nacional de Promoção ao  
60 Desenvolvimento Humano, que não poderá estar presente nesse dia e solicitou que a sua agenda  
61 fosse transferida para o segundo dia de reunião, as 15h30. Explanou que poderiam realizar o relato  
62 da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social nesse dia, das 14h00 as 16h00,  
63 mantendo as demais pautas. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris, Representante do  
64 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, cumprimentou a todos e solicitou que o relato da  
65 Comissão de Normas da Assistência Social fosse alterado para o período da tarde desse dia, se for  
66 possível. O Presidente Fábio Moassab Bruni arrazoou que, caso conseguiram vencer os demais itens  
67 de pautas, poderiam adiantar o relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Iniciando os  
68 informes do MDS, a Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho, Secretária Nacional da Assistência  
69 Social, cumprimentou a todos e solicitou que a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris  
70 realizasse uma explanação sobre o apoio ao acolhimento dos imigrantes venezuelanos no norte do  
71 país e sobre o balanço dos termos de aceite para o Centro Dia. A Conselheira Mariana de Souza  
72 Machado Neris informou que estão acompanhando a situação da migração venezuelana no território  
73 brasileiro há vários anos, porém, esclareceu que em virtude da crise econômica e política na  
74 Venezuela, esse fluxo tem aumentando em uma velocidade maior do que a capacidade de  
75 atendimento da gestão local. Articulou que, desde dezembro de 2016, foi iniciado um  
76 acompanhamento de forma mais direta a partir do MDS, quando houve o conhecimento de uma  
77 migração de indígenas venezuelanos de um grupo específico da etnia Warao, que estavam em busca  
78 de recursos para sobrevivência. Além dessa questão, postulou que houve a decretação de situação  
79 de emergência em saúde, sendo que o Governo Federal despendeu esforços para dar apoio para a  
80 região de Pacaraima e também para a Capital Boa Vista, no intuito de dar suporte para as ações  
81 emergências. Comentou que em Boa Vista existe um abrigo estruturado pelo estado, que tem  
82 trabalhado o atendimento das famílias de forma emergencial, que abriga 570 pessoas. Comunicou  
83 que, ao longo desse processo em 2017, a Casa Civil da Presidência da República tem se reunido  
84 com vários atores e agências das Nações Unidas, para tratar a questão de refugio, uma vez que a  
85 maioria desses migrantes entra com solicitação de refugio na Polícia Federal. Com relação ao MDS,

86 relatou que o mesmo entrou com duas estratégias de apoio aos estados de Roraima e do Amazonas,  
87 uma de apoio técnico para estruturação de abrigos emergências e outra de repasse de recursos de  
88 apoio, tendo como parâmetro a Portaria nº 90/2013. Acrescentou que o MDS articulou a destinação  
89 de 83 toneladas de alimentos para o estado de Roraima, para atendimento direto a essa população.  
90 Explanou que a questão dos fluxos migratórios tem desafiado a pensar em novas legislações e  
91 estratégias, visto que precisam de algo concreto para dar respostas permanentes. Com relação ao  
92 balanço dos termos de aceite do Centro Dia, lembrou que o CNAS aprovou a Resolução nº 04/2017,  
93 que estabelece os critérios de partilha para contemplar alguns municípios que estavam em situação  
94 de vulnerabilidade em virtude do Zika Vírus e do grande número de crianças com microcefalia.  
95 Informou que o período de aceite municipal foi finalizado e conforme estabelece o § 2º da  
96 Resolução, foi aberta a etapa de formalização do termo de aceite para os estados daqueles territórios  
97 em que os municípios não firmaram o aceite. Discorreu que o estado de Pernambuco ainda possui a  
98 possibilidade de firmar o aceite devido o declínio do município de Recife, como também os estados  
99 do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro e ponderou que os municípios que firmaram o termo de  
100 aceite até o dia 30 de junho estão no processo de pagamento, visto que alguns municípios já  
101 sinalizaram a possibilidade de implantação das unidades até o dia 21 de setembro. Notificou que os  
102 municípios de Recife, Natal e Rio de Janeiro elegíveis não aceitaram o termo de aceite e articulou  
103 que houve a necessidade de definição do período de cofinanciamento federal para os municípios  
104 que executam as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI,  
105 visto que foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite – CIT, por meio da Resolução nº 06 de  
106 06 de junho de 2017, a continuidade do cofinanciamento federal do AEPETI aos estados, Distrito  
107 Federal e os municípios até dezembro de 2017. Postulou que, conforme definido, o MDS recebeu os  
108 Planos de Aplicação dos Recursos enviados pelos municípios até o dia 30 de junho e as atas de  
109 aprovação pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, enviadas pelas Secretarias Estaduais,  
110 até o dia 30 de julho. Manifestou que, dos 913 municípios cofinanciados, 864 encaminharam os  
111 seus Planos de Aplicação de Recursos e 119 não encaminharam e apenas 683 municípios  
112 apresentaram atas dos conselhos aprovando os planos e 181 não apresentaram, por não terem  
113 realizado suas reuniões ordinárias ou por não terem encaminhado a ata pelo Correio. Ilustrou que  
114 essas informações foram apresentadas a CIT, no dia 03 de agosto de 2017, e após a avaliação do  
115 Colegiado foi pactuada a prorrogação do prazo para que os municípios pudessem apresentar os seus  
116 planos e as atas até 31 de agosto de 2017. O Conselheiro Luis Otávio Pires de Farias, Representante

117 do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, cumprimentou a todos e informou que a abertura  
118 do Censo SUAS 2017 será realizada no dia 11 de setembro até dia 10 novembro 2017 para os  
119 CRAS e os Centros de Convivência; no dia 25 de setembro para os CREAS, Centro POP e Centro  
120 Dia; no dia 02 de outubro para os Conselhos Municipais e Estaduais e para a Gestão Municipal e  
121 Estadual; no dia 09 de outubro para as unidades de acolhimento, destacando que haverá um  
122 questionário específico para família acolhedora. Relatou que o período de encerramento do Censo  
123 SUAS será no dia 1º de dezembro, com o período de ratificação do dia 04 a 08 de dezembro.  
124 Solicitou que o CNAS apóie na divulgação e principalmente com relação à mobilização dos  
125 conselhos municipais. Com relação ao demonstrativo sintético, arrazoou que a Portaria nº 113 do  
126 MDS, em seu Artigo 33, Inciso I, que disciplina a abertura e início da contagem dos prazos relativos  
127 ao demonstrativo sintético anual ocorrerão por meio de portaria da SNAS, assim a SNAS por meio  
128 da Portaria nº 139 de 31 de julho de 2017, estabeleceu data de abertura do demonstrativo sintético  
129 para lançamento das informações a partir do dia 31 de julho de 2017. Esclareceu que o lançamento  
130 das informações do exercício de 2016, pelos gestores, terá o prazo de 60 dias a partir da data de  
131 abertura do demonstrativo e mais 30 dias para os Conselhos de Assistência Social. Solicitou que o  
132 CNAS emita uma orientação para os conselhos alentando com relação aos prazos e sobre a  
133 importância do seu papel. O Presidente Fábio Moassab Bruni ilustrou que o informe sobre os  
134 migrantes venezuelanos realizado pela Conselheira Mariana de Souza Machado Neris foi uma  
135 demanda do CNAS e que, estão em contato com o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS  
136 para viabilizar que as informações cheguem aos conselhos. A Conselheira Luziana Carvalho de  
137 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional  
138 – COFFITO, questionou se os aportes financeiros aos estados de Roraima e do Amazonas chegaram  
139 recentemente, pois esteve presente na Conferência Municipal de Boa Vista, em que esse tema  
140 esteve presente em todos os momentos. Arrazoou que foi mencionado que o governo brasileiro está  
141 incentivando a vinda dos venezuelanos, porém, afirmou que as ações que estão sendo realizadas não  
142 estão sendo suficientes. A Conselheira Solange Teixeira, Representante do Ministério do  
143 Desenvolvimento Social – MDS, esclareceu que a publicação da portaria do Secretário Nacional de  
144 Renda e Cidadania, no dia 15 de agosto, teve com propósito cumprir o pactuado de prorrogar o  
145 prazo com relação o IGD/PBF, sendo que a Portaria de 2010 prevê que as Secretarias possuem a  
146 incumbência de disciplinar sobre os prazos. A Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante  
147 da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, discorreu que está muito

148 preocupada com o abrigo institucional que acolhe crianças e adolescentes em Canoas, em que um  
149 dos atendidos pela sua instituição foi violentado pela segunda vez. A Sra. Maria do Carmo Brant de  
150 Carvalho afirmou que serão tomadas as providências necessárias e a Conselheira Mariana de Souza  
151 Machado Neris acolheu a denúncia e salientou que investigarão do ponto de vista administrativo,  
152 acionando os gestores para verificação da situação. O Conselheiro Luis Otávio Pires de Farias  
153 postulou que estão recebendo diversos relatos de que a gestão municipal de Roraima tem uma  
154 posição extremamente xenofóbica de que os venezuelanos são um problema e o Conselheiro  
155 Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral –  
156 CADI, ilustrou que todas as populações migrantes precisarão se integrar no território brasileiro,  
157 ponderando que gostaria de entender melhor o que se tem pensando de maneira estruturante para  
158 que essa questão aconteça, incluindo a questão econômica. A Conselheira Marisa Rodrigues da  
159 Silva, Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social –  
160 CONGEMAS, esclareceu que o município de Natal entende que não deve ser criado um Centro Dia  
161 específico para atender os casos de microcefalia, uma vez que necessidade de uma discussão mais  
162 ampla, principalmente com a área de saúde. Elucidou que o CONGEMAS está propondo que seja  
163 realizada uma avaliação conjunta, para que possam ouvir os municípios que não realizaram a  
164 adesão do termo de aceite. A Conselheira Elcimara Rangel Loureiro Alício, Representante do  
165 Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS , indagou qual seria o motivo de ter  
166 Centros Dia para crianças com microcefalia, tendo em vista que essa demanda seria da saúde e a  
167 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris esclareceu que o debate sobre a criação dos Centros  
168 Dia já foi realizado no Conselho, em que tiveram vários momentos de amadurecimento da temática,  
169 sendo que aprovaram a Resolução nº 04 pensando nos municípios elegíveis. Acrescentou sempre  
170 pensaram em trabalhar, com a saúde e educação, uma ação integrada de proteção as famílias, visto  
171 que possuem o entendimento de que as crianças com deficiência de zero a seis anos possuem uma  
172 dependência de cuidados. Informou que, com o levantamento dos casos confirmados de  
173 microcefalia e de outras deficiências, foram elegíveis os municípios de Salvador, Rio de Janeiro,  
174 Recife, São Luis, João Pessoa, Teresina, Natal, Arapiraca, Cuiabá, Campina Grande, Ribeirão Preto  
175 e Campo Grande. Com relação à agenda dos migrantes venezuelanos, explicou que o repasse  
176 realizado ao estado de Roraima foi feito há 98 dias e que, tiveram muitas dificuldades de  
177 interlocução nesse território, justamente pela postura de não diálogo do município. Informou que  
178 recentemente foi sancionada uma lei, que estabelece o estatuto do estrangeiro, esclarecendo que o

179 país é formado por migrantes e que não podem rejeitar os mesmos. Observou que precisam entender  
180 qual é o fluxo migratório, uma vez os indígenas não possuem a intenção de integralizar no território  
181 brasileiro e relatou que a sociedade civil tem se aproximado bastante da gestão local. Seguindo os  
182 informes da Presidência e da Secretaria Executiva do CNAS, o Presidente Fábio Moassab Bruni  
183 arrazoou que a Secretária Executiva do CNAS está sugerindo realizar a leitura apenas das  
184 justificativas de ausências e enviar os demais itens por *e-mail*. Com a concordância dos  
185 Conselheiros, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho informou que justificaram a ausência:  
186 Conselheira Caroline Sampaio, nessa reunião ordinária, por motivo de férias; a Conselheira Laís  
187 Maranhão, nessa reunião ordinária, por motivos de férias; o Conselheiro Clodoaldo, nessa reunião  
188 ordinária, por compromissos institucionais; o Conselheiro Alberto Albino, nessa reunião ordinária,  
189 por motivo de licença para acompanhamento familiar; a Conselheira Leiza Souza, nessa reunião  
190 ordinária, por compromissos institucionais; a Conselheira Silva Ramires e a Conselheira Elisa  
191 Costa, nos dias 15 e 16, por estarem representando o CNAS na Oficina Colaborativa de  
192 Desenvolvimento de Habilidades e Orientação para o Mundo do Trabalho; a Conselheira Clátia  
193 Regina Vieira, nessa quinta-feira no período da manhã, por estar participando Oficina Colaborativa  
194 de Desenvolvimento de Habilidades e Orientação para o Mundo do Trabalho. Conselheiros  
195 aniversariantes do mês: dia 22 julho – Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins; dia 29  
196 agosto – Conselheira Maria Amélia Sasaki. Iniciando os informes do FONSEAS, a Maíra Leilane  
197 Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência  
198 Social – FONSEAS, cumprimentou a todos e informou que o FONSEAS realizou a sua reunião  
199 ordinária no dia 02 de agosto e a Primeira Reunião Descentralizada de 2017, no estado do  
200 Maranhão, em que estiveram presentes vários gestores estaduais. Ponderou que foi realizada uma  
201 palestra “O SUAS na Região Nordeste: Enfrentamento da Desigualdade e os Desafios do Cenário  
202 Atual” e a apresentação de boas práticas dos estados do Maranhão, do Mato Grosso do Sul, do  
203 Paraná, do Amazonas e do Ceará. Acrescentou que, no período da tarde, foi realizado um debate  
204 com base em um documento da Câmara Técnica das Medidas Socioeducativas, que colaborará para  
205 a reunião do FONSEAS, que será realizado no dia 05 de setembro, sobre essa temática e  
206 posteriormente, para a reunião da CIT. Postulou que será realizada uma oficina regional de trabalho,  
207 também na região nordeste, nos dias 29, 30 e 31 de agosto em São Pessoa, em que serão trabalhados  
208 os seguintes temas: Planejamento do Pacto de Aprimoramento do SUAS dos Estados e do Distrito  
209 Federal; Panorama da Regionalização e Oferta de Serviço; o Sistema Único da Assistência Social e



210 o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. A Conselheira Elcimara Rangel Loureiro  
211 Alício informou que a nota conjunta do CONGEMAS e do FONSEAS referente à suspensão do  
212 reajuste do benefício do Bolsa Família foi publicada, publicizada e entregue ao Secretário Nacional.  
213 A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva notificou que os gestores estão muito preocupados com a  
214 retirada dos beneficiários do Bolsa Família, visto que apenas em seu município 56% dos  
215 beneficiários foram procurados para realizar o cadastro no CadÚnico. A Conselheira Solange  
216 Teixeira esclareceu que sempre foram realizados os batimentos no Programa Bolsa Família com  
217 várias bases de dados do Governo Federal, sendo que com o envolvimento do Ministério Público  
218 foram identificados diversos casos de indícios de inconsistência. Postulou que os municípios foram  
219 notificados e receberam uma lista com as famílias em processo de averiguação, visto que foi  
220 solicitado pela SENARC a realização de visitas domiciliares, para desbloqueio do benefício. Com  
221 relação à fila de pessoas para obtenção do Bolsa Família, explicou que o Secretário esteve presente  
222 na reunião da CIT e explanou que havia sido contemplada cerca de 570 mil famílias na folha de  
223 pagamento de julho, porém, essa concessão foi suspensa por uma questão de recursos. Salientou  
224 que essas 570 mil famílias serão contempladas na folha de pagamento do mês de agosto. A  
225 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva manifestou, em nome dos municípios, que o CONGEMAS  
226 está acatando todo o trabalho realizado de averiguação e a Conselheira Solange Teixeira ilustrou  
227 que o problema são os casos de fraude no cadastro, em que operadores do cadastro criaram famílias  
228 fictícias para recebimento do benefício. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão  
229 informou que, na Conferência Municipal de Recife, foi realizado um apelo para aumento do prazo  
230 para inclusão do Benefício de Prestação Continuada – BPC no CadÚnico, sugerindo que o CNAS  
231 elaborasse uma nota solicitando essa prorrogação. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu  
232 que precisam orientar sobre o cadastramento, para posteriormente realizar essa avaliação de  
233 prorrogação. Seguindo para os informes da CIT, o Conselheiro Leovane Gregório, Representante do  
234 Conselho Federal de Psicologia – CFP, cumprimentou a todos e notificou que foi realizado um  
235 debate sobre o Programa Criança Feliz, em que foi apresentado um balanço da sua implantação no  
236 SUAS, realização das suas ações, a relação com as demais políticas, discussão e alinhamento dos  
237 aspectos metodológicos, capacitação das equipes e financiamento. Ponderou que foram realizados  
238 vários esclarecimentos pelo Secretário Nacional de Promoção ao Desenvolvimento Humano sobre o  
239 andamento do programa, entretanto, afirmou que existe uma série de avaliações por parte dos  
240 estados e municípios que alguns itens precisam ser melhorados. Arrazoou que foi informando que

241 os municípios estão enfrentando um problema na contratação de pessoal. Complementou que foi  
242 realizada uma discussão sobre a Revisão da Resolução nº 21 que não foi finalizada e continuará na  
243 próxima reunião. Prosseguindo para os informes dos Conselheiros, o Presidente Fábio Moassab  
244 Bruni explanou que participou das Conferências de Assistência Social de Aracaju, Recife, Londrina  
245 e Pontalina e que, recebeu um *e-mail* da Conselheira Laís Maranhão, que representou o CNAS no  
246 Conselho Nacional de Direitos Humanos, informando que foi discutida sobre a reforma trabalhista e  
247 sobre temas vinculados a escola sem partido, visto que está sendo elaborada uma campanha de  
248 escola para todos. Comentou que foi questionando ao CNAS se poderia contribuir na impressão dos  
249 *folders* da campanha, deixando claro que estão priorizando os temas da conferência e não possuem  
250 condições de apoiar essas iniciativas. Iniciando o relato da reunião da Comissão Organizadora da  
251 11ª Conferência Nacional, realizada no dia 14 de agosto de 2017, o Presidente Fábio Moassab Bruni  
252 elencou os participantes presentes e articulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item  
253 I) Informes: a) Realização da reunião entre o CNAS e a Equipe de Colaboradores da 11ª  
254 Conferência Nacional; b) Recebimento de *e-mail* da Presidente do CMAS de Abaetetuba,  
255 informando que nos dias 27 e 28 de junho de 2017 ocorreu a X Conferência Municipal de  
256 Assistência Social de município, em que foi aprovada uma moção de recomendação destinada ao  
257 CNAS na qual propõe ao Poder Legislativo Federal a modificação do termo utilizado para definição  
258 da pessoa com deficiência. Encaminhamento: A Comissão Organizadora recomenda que a moção  
259 seja devolvida ao município com a orientação de que se trata de demanda que não é da competência  
260 do CNAS e que, seja encaminhada ao Poder Legislativo Federal. Item II) Proposta de Programação  
261 da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos: Dando continuidade às  
262 ações de preparação, organização e desenvolvimento da 11ª Conferência Nacional de Assistência  
263 Social e da necessidade de aproximação com as relatorias dos estados, a Presidência e a Vice-  
264 Presidência do CNAS propõe alteração do calendário de reuniões do mês de setembro  
265 possibilitando uma reunião ampliada entre a Comissão Organizadora, Equipe de Colaboradores e  
266 representantes da Reunião Trimestral. Proposta de Calendário: 11 de setembro – Reunião Conjunta  
267 da Comissão Organizadora com a Equipe de Colaboradores, para alinhar encaminhamentos e  
268 entendimentos em relação às Conferências Estaduais, Distrital e Nacional com vista o repasse de  
269 informações aos CEAS na reunião trimestral; 12 de setembro – Reunião Trimestral com a  
270 participação da Comissão Organizadora e da Equipe de Colaboradores, sendo que contará com a  
271 presença de uma representação da Secretaria Executiva do CEAS e CAS/DF e dos pontos focais de

272 relatoria nos estados; 13 de setembro – Reunião Trimestral com a participação estendida da SNAS,  
273 conforme solicitação dos CEAS na reunião trimestral de junho. Item IV) Balanço do Prêmio Mérito  
274 do CNAS. Item V) Aprimoramento da proposta de levantamento das experiências inovadoras para o  
275 processo conferencial de 2017. Encaminhamento: A Comissão Organizadora recomenda que as  
276 divulgações das experiências inovadoras ocorram em conjunto com a mobilização do Prêmio CNAS  
277 2017. Foi ressaltado ainda que seja feita a diferenciação dessas duas ações de captação e  
278 divulgação de experiências exitosas. Os canais de captação das experiências inovadoras são  
279 *Facebook* e *Youtube*. Item VI) Proposta de criação de subcomissões: Comunicação, Acessibilidade,  
280 Programática e Infraestrutura. Encaminhamento: 01) A Comissão recomenda a publicação de  
281 resolução que estabelece quatro subcomissões, a qual estabelecerá as competências atribuídas a  
282 cada subcomissão. Foram indicados os seguintes conselheiros para representantes de cada  
283 subcomissão: Subcomissão de Comunicação: Conselheiros Benedito Augusto de Oliveira e Maíra  
284 Leilane Oliveira Almeida, Taís Braga – Secretária Executiva; Subcomissão de Acessibilidade:  
285 Conselheiras Maria José Vasconcelos e Elcimara Rangel Loureiro Alcício, Randriene – Secretária  
286 Executiva; Subcomissão de Programática: Conselheiros Carlos Nambu e Solange Teixeira, Maria  
287 Auxiliadora Pereira – Secretária Executiva; Subcomissão de Infraestrutura: composta pelos  
288 representantes e órgãos a seguir com a coordenação da Presidência do CNAS: Secretária Executiva  
289 do CNAS, Secretária Executiva do MDS, SNAS, DTI, ASCON e SAA; 02) A Comissão recomenda  
290 a criação de um grupo no *WhatsApp* com todos os conselheiros titulares e suplente para  
291 comunicação sobre assuntos afetos a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Item VII)  
292 Indicação da participação dos Conselheiros nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal de  
293 Assistência Social: dias 10 e 20 de setembro – Roraima – Rosângela Maria Soares dos Santos; dias  
294 20 e 21 de setembro – Mato Grosso do Sul – Maíra Leilane Oliveira Almeida; dias 26 e 27 de  
295 setembro – Alagoas - Rosângela Maria Soares dos Santos; dias 27 28 e 29 de setembro – Amapá –  
296 Fábio Moassab Bruni; dias 03 e 04 de outubro – Acre – Benedito Augusto de Oliveira; dias 03, 04 e  
297 05 de outubro – São Paulo – Fábio Moassab Bruni; dias 03, 04, 05 de outubro – Rondônia – Maria  
298 José Vasconcelos Barreto Carvalho; dias 04, 05 e 06 de outubro – Espírito Santo – Solange  
299 Teixeira; dias 04, 05 e 06 de outubro – Paraná – Rosângela Maira Soares dos Santos; dias 09, 10 e  
300 11 de outubro – Minas Gerais – Fábio Moassab Bruni; dias 09, 10 e 11 de outubro no Distrito  
301 Federal – Rosângela Maria Soares dos Santos; dias 16, 17 e 18 de outubro – Piauí – Fábio Moassab  
302 Bruni; dias 17 e 18 de outubro – Pernambuco – Solange Teixeira; dias 17 e 18 de outubro – Rio

303 Grande do Norte – Rosângela Maria Soares dos Santos; dias 17, 18 e 19 de outubro – Pará - Carlos  
304 Nambu; dias 17 e 18 de outubro – Goiás – Maria Amélia Sasaki; dias 17 e 19 de outubro – Paraíba  
305 – Elcimara Rangel Loureiro Alício; dias 18 e 19 de outubro – Rio de Janeiro – Luis Otávio Pires de  
306 Farias; dias 19 e 20 de outubro – Bahia – Fábio Moassab Bruni; dias 18 e 19 de outubro – Tocantins  
307 – Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão; dias 18, 19 e 20 de outubro – Amazonas - Maria  
308 José Vasconcelos Barreto Carvalho; dias 18, 19 e 20 de outubro – Maranhão – Mariana de Souza  
309 Machado Neris; dias 19 e 20 de outubro – Sergipe – Clodoaldo José Oliva Muchinski; dias 24, 25 e  
310 26 de outubro – Santa Catarina – Sociedade Civil; dias 25 e 26 de outubro – Ceará – Solange  
311 Teixeira; dias 25, 26 e 27 de outubro – Mato Grosso – Fábio Moassab Bruni; dias 03, 04 e 05 de  
312 novembro – Rio Grande do Sul – Rosângela Maria Soares dos Santos. Item VIII) Proposta de pauta  
313 da Reunião Conjunta da Comissão Organizadora e Equipe de Colaboradores – Reunião Trimestral  
314 de setembro de 2017: Apresentação das orientações técnicas para 11ª Conferência Nacional de  
315 Assistência Social. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão compreendeu que,  
316 independentemente do encaminhamento dado a moção elaborada na Conferência Municipal de  
317 Assistência Social de Abaetetuba, já houve experiências anteriores em que foi modificação o termo  
318 utilizado para definição da pessoa com deficiência para necessidades especiais, havendo  
319 manifestações contrárias, sendo que o próprio movimento já se pronunciou que não querem a  
320 alteração. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de  
321 Entidades de Deficientes Físicos, esclareceu que o termo “necessidade especial” é utilizado na área  
322 da educação, em que abrange a pessoa com deficiência como outros alunos que necessitam de  
323 necessidades educativas especiais. O Presidente Fábio Moassab Bruni realizou a leitura da  
324 Programação da 11ª Conferência de Assistência Social e a Luziana Carvalho de Albuquerque  
325 Maranhão solicitou que a abertura seja muito bem especificada, para que todos que estejam em sua  
326 composição tenham o seu momento de explanação. O Presidente Fábio Moassab Bruni destacou  
327 que foi uma novidade a possibilidade de ter uma explanação da sociedade civil e a grande  
328 possibilidade de participação nas discussões dos eixos temáticos. A Vice-Presidente Rosângela  
329 Maria Soares dos Santos informou que os ensaios da programação cultural serão realizados hoje e  
330 observou que a mesma não está contemplada na programação, sendo que a ideia seria realizá-la  
331 antes da abertura. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação  
332 Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS, compreendeu que é necessário  
333 elaborar uma lista dos participantes e explicou que, os próprios participantes, elaborarão o texto,

334 que estaria baseado nos eixos da Conferência. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho  
335 conformou que está reservada uma sala de 17h00 as 19h30 para reunião dos participantes do  
336 momento cultural e solicitou que essas reuniões sejam sempre definidas durante as reuniões  
337 ordinárias do CNAS. Esclareceu que termo de referência contempla um grupo de mobilização, uma  
338 vez que os momentos culturais serão encaixados durante a programação da Conferência Nacional.  
339 A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos se disponibilizou a participar da Conferência  
340 Estadual de Santa Catarina e não havendo mais nenhum comentário, o relato da Comissão  
341 Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social foi aprovado. Prosseguindo para o  
342 relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, realizada no  
343 dia 15 de agosto de 2015, o Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco –  
344 Salesianos expôs os Conselheiros, convidados e ouvinte presentes e discorreu que foram debatidos  
345 os seguintes itens de pauta: Item I) Eleição do Coordenador e Coordenador Adjunto da Comissão de  
346 Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Encaminhamento: A Comissão decidiu pela  
347 recondução do Coordenador Carlos Nambu e Coordenador Adjunto Clodoaldo José Oliva  
348 Muchinski. Item II) Debate quando a qualificação e critério para solicitação de emendas  
349 parlamentares – Apresentação do Manual Orientador de Emendas Parlamentares e discussão para  
350 possíveis atualizações do manual para o exercício de 2016. Encaminhamentos: 01) A Comissão  
351 sugere a Plenária solicitar ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS: o histórico das  
352 emendas destinadas a construção, reforma, ampliação, conclusão e adaptação dos CRAS e CREAS  
353 no período de 2009 a 2016; mapa das transferências voluntárias do exercício de 2016; e mapa de  
354 distribuição de emendas conforme a vulnerabilidade territorial do exercício de 2016; 02) A  
355 Comissão sugere a inclusão, no Guia de Emendas 2018, de destaque ao incremento temporário de  
356 recursos aos blocos de financiamentos, a fim de simular o aporte de recursos para a rede  
357 socioassistencial em sua região ou estado; 03) A Comissão sugere reeditar o Manual Orientador de  
358 Emendas Parlamentares do FNAS/CNAS com os seguintes itens: repasse fundo a fundo das  
359 emendas individuais por incremento; repetir a estruturação da rede dos CRAS e CREAS; inserir  
360 mapas da destinação das emendas individuais por estado; solicitar a ASPAR prazo de indicação das  
361 emendas parlamentares individuais; 04) A minuta do manual será encaminhada aos Conselheiros  
362 até o dia 18 de agosto, para apreciação e devolutiva das contribuições até o dia 21 de agosto, tendo  
363 em vista a urgência do prazo para indicação das emendas parlamentares individuais. Item III)  
364 Relatório de Execução da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos – 1º Semestre.

365 Encaminhamento: A Comissão sugere a aprovação do Relatório de Execução da Ação 8249 –  
366 Funcionamento dos Conselhos – 1º Semestre. Item IV) Acompanhamento e monitoramento do  
367 PPA. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere a Plenária solicitar na Presidência Ampliada a  
368 indicação de Conselheiros para participação do Fórum Interconselhos e comunicar a coordenação  
369 do mesmo; 02) A Comissão sugere a Plenária solicitar a Secretaria Nacional de Articulação Social  
370 as metas e a situação atual, incluindo o detalhamento da execução do PPA no que se refere a  
371 Assistência Social. Item V) Revisão da Classificação Orçamentária de Assistência Social – Resgate  
372 dos debates anteriores da Comissão sobre a Função nº 08. Encaminhamentos: 01) A Comissão  
373 sugere a Plenária solicitar a Secretaria Executiva fazer os seguintes levantamentos: deliberação da  
374 Plenária de novembro de 2010 sobre a Reunião Conjunta das Comissões de Acompanhamento aos  
375 Conselhos e de Financiamento e Orçamento e o motivo da não publicação da resolução proposta na  
376 reunião; 02) A Comissão sugere encaminhar os membros da Comissão o Acórdão TCU nº 8209 de  
377 2009; 03) A Comissão sugere analisar degravação da Reunião Conjunta das Comissões de  
378 Acompanhamento aos Conselhos e de Financiamento e Orçamento de novembro de 2010, referente  
379 à proposta de reunião com o Conselho Federal de Contabilidade. Item VI) Definição de pauta para o  
380 mês de setembro de 2017: Discussão com o Fundo Nacional de Assistência Social sobre estratégias  
381 de divulgação do documento orientador sobre matéria orçamentária e financeira – Convidado:  
382 FNAS; Impacto Financeiro relacionado ao processo de certificação das entidades – Meta 03 –  
383 Estratégia 3.2 do Plano de Ação de Comissão – Apresentar a efetividade da concessão do CEBAS  
384 para a Política de Assistência Social – Convidado: DRSP e o Fórum Nacional de Instituições  
385 Filantrópicas; Revisão da Classificação Orçamentária da Assistência Social – Levantamento sobre a  
386 Função nº 08 da Assistência Social. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva destacou que o  
387 CONGEMAS considera extremamente importante, para gestão do SUAS, conhecer para onde são  
388 enviados os recursos das emendas parlamentares dos municípios e parabenizou pelo trabalho dos  
389 membros da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. O Presidente Fábio  
390 Moassab Bruni arrazoou que trabalhou no Departamento de Proteção Social Especial e no  
391 Departamento de Proteção Social Básica em que havia uma estrutura que realizava a análise  
392 técnica, sendo que a análise documental e procedimental era realizada pelo Fundo. Discorreu que  
393 nenhum projeto era aprovado sem ser inserido no SICONV com a aprovação do Conselho  
394 Municipal, questionando se essa metodologia foi alterada. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva  
395 explanou que recentemente o SICONV foi aberto para que os municípios encaminhassem algumas

396 propostas para construção de equipamentos de média complexidade, sendo que muitos municípios  
397 não passaram essa questão para aprovação dos seus conselhos, apenas encaminhando para o seu  
398 conhecimento. O Conselheiro Carlos Nambu lembrou que, na aprovação da proposta orçamentária  
399 2018, o CNAS aprovou que será considerada reposição do Fundo Nacional somente as emendas de  
400 relator e de bancada, uma vez que será realizado o levantamento das emendas individuais para  
401 observar quais são os seus impactos na Política de Assistência Social e se estão atingindo as regiões  
402 de alta vulnerabilidade. O Conselheiro Leovane Gregório ponderou que o Conselho precisa  
403 observar uma possibilidade de trabalhar sobre os custos do serviço de assistência social e entendeu  
404 que a Comissão de Financiamento e Orçamento necessita criar um grupo de trabalho ou pensar em  
405 uma forma de como discutir com a SNAS e com o Fundo Nacional sobre o levantamento de dados  
406 por serviços. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho reforçou a solicitação do Conselheiro  
407 Leovane Gregório, acrescentando que também devem fazer o levantamento de dados por região e o  
408 Conselheiro Carlos Nambu intuiu que as solicitações procedem, entretanto, ilustrou que não sabem  
409 se conseguirão realizar esse levantamento diante a realização das conferências estaduais e da  
410 Conferência Nacional. Sugeriu incluir, nos encaminhamentos, a realização de um levantamento  
411 sobre os custos dos serviços e compreendeu que após a realização do mesmo, caberia um debate  
412 entre a Comissão de Políticas e a Comissão de Financiamento e Orçamento. Realizou a leitura do  
413 Relatório de Execução Orçamentária da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos, que foi  
414 aprovado pelos Conselheiros. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da  
415 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social foi aprovado. Prosseguindo para  
416 Gestão do Trabalho no SUAS: Balanço do CapacitaSUAS e Impacto da Reforma Trabalhista no  
417 SUAS, o Presidente Fábio Moassab Bruni recepcionou a Sra. Maria Izabel de Amorim,  
418 Coordenadora Geral da Gestão do Trabalho e Educação Permanente e a Sra. Eliana Teles do  
419 Carmo, Representante da Coordenação Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente. A  
420 Sra. Maria Izabel de Amorim cumprimentou a todos e passou ao balanço geral do CapacitaSUAS.  
421 Postulou que o CapacitaSUAS é uma das ações de Educação Permanente dentro do Sistema Único  
422 da Assistência Social – SUAS, entendendo que dentro de uma política deve ter um quadro de  
423 profissionais estáveis e qualificados para o exercício de suas funções. Discorreu que o trabalhador  
424 precisa decodificar as dimensões operativas e éticas nas ações profissionais que colocam em  
425 movimento os diferentes projetos da sociedade, salientando que todos possuem a clareza da  
426 dificuldade do papel do trabalhador na Política de Assistência Social. Postulou que, na Gestão do

427 Trabalho do SUAS, existem as seguintes normativas: NOB-RH/SUAS, LOAS – Lei 12.435/11;  
428 NOBSUAS; PNEP/SUAS; Resolução CNAS nº 17/2011, Resolução CNAS 09/2014, Portaria  
429 MDSA 137/13. Ilustrou que as normativas trabalham na lógica de valorização do trabalhador,  
430 entendendo que deve haver concursos públicos, avaliação de desempenho, perfis profissionais,  
431 Educação Permanente, Mesa de Negociação, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, saúde do  
432 trabalhador, observatório de práticas profissionais, estruturação do trabalho com desenhos  
433 organizacionais, processo de negociação do trabalho, sistema de informação e supervisão técnica.  
434 Articulou que a Política de Assistência Social possui os seguintes desafios: Desafios estratégicos do  
435 II Plano Decenal do SUAS: universalizar o SUAS, respeitando a diversidade da realidade brasileira,  
436 com garantia de unidade em seu processo de gestão, para consolidar a proteção socioassistencial na  
437 seguridade social, o que indica a necessidade clara de assegurar profissionalização e desenvolver  
438 competências das equipes do SUAS. Explicou que as competências requerem processos de  
439 aprendizagem formais e não formais e, a reflexão e produção de conhecimento singulares a partir de  
440 situação vividas, que podem ser aprendidas e desenvolvidas na própria dinâmica institucional.  
441 Destacou que, pensar na Educação Permanente no SUAS e no CapacitaSUAS, é um desafio muito  
442 grande, pois existe um trabalho interprofissional que requerer um conhecimento a cerca de outras  
443 políticas públicas além da assistência social. Explanou que os objetivos da Política Nacional de  
444 Educação Permanente são: desenvolver junto aos trabalhadores e conselheiros condições para que  
445 possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais dos cidadãos,  
446 institucionalizar a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente no âmbito  
447 do SUAS, estabelecendo as suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos,  
448 instrumentos e arranjos institucionais necessários a sua operacionalização e efetivação; e criar  
449 processos de ensino e aprendizagem fundamentados nos saberes específicos de cada área, na sua  
450 complementaridade e possibilidade de criação de novos saberes e práticas. Arrazoou que os  
451 públicos alvos da Política Nacional de Educação Permanente são os trabalhadores do SUAS com  
452 ensino fundamental, médio e superior, que atuam na rede socioassistencial governamental e não  
453 governamental; gestores em seu exercício de suas competências e responsabilidades; e agentes do  
454 controle social no exercício de sua competência e suas responsabilidades. Articulou que, junto aos  
455 trabalhadores, precisam desenvolver competências e capacidades específicas e compartilhadas  
456 requeridas para a melhoria e qualidade continuada da gestão do SUAS, da oferta e do provimento  
457 dos serviços e benefícios socioassistenciais. Ilustrou que para a formação de pessoas, na educação



458 permanente, precisam oferecer ferramentas cognitivas e operativas, para que torne capaz de  
459 construir as próprias identidades e que, a perspectiva político-pedagógica da educação permanente  
460 se organiza em cinco eixos: centralidade nos processos de trabalho e práticas profissionais;  
461 princípios da interdisciplinaridade, princípios da aprendizagem significativa, princípios da  
462 historicidade e, desenvolvimento das capacidades e competências que são requeridas ao SUAS.  
463 Apresentou os desafios encontrados no cotidiano do trabalho, as propostas para superar esses  
464 desafios e o resultado dessas propostas. Discorreu que os percursos formativos correspondem ao  
465 conceito de trilha de aprendizagem da gestão do SUAS, ao provimento de serviços e benefícios  
466 socioassistenciais e ao controle social do SUAS. Comentou que as ações de capacitações são  
467 compostas por: capacitação introdutória, capacitação de atualização, supervisão técnica, formação  
468 técnica de nível médio, aperfeiçoamento, especialização e mestrado, explicando que ainda não  
469 conseguiram avançar em todas as ações de capacitações, sendo que existem especializações mas, não  
470 organizada pelo Governo Federal. Explicou que o Programa CapacitaSUAS foi instituído pela  
471 Resolução CNAS nº 08/2012 e atualizado pela Resolução CNAS nº 28/2014, sendo que o seu  
472 objetivo geral é contribuir com o aprimoramento das funções, capacidades e competências das  
473 funções de gestão, do provimento de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de  
474 renda e do exercício do controle social, por meio do apoio aos estados e ao Distrito Federal na  
475 execução de seus planos de capacitação. Postulou que as principais normativas do CapacitaSUAS  
476 são: Resolução CIT nº 01/2012, Resolução CNAS nº 08/2012; Resolução CNAS nº 24/2013;  
477 Resolução CNAS nº 34/2013; Resolução CNAS nº 04/2013; Resolução CIT nº 14/2013; Resolução  
478 nº 22/2014 e Resolução CNAS nº 08/2012. Explicou como foi realizado o arranjo operacional do  
479 Programa CapacitaSUAS, que possui vigência até 2025 e relatou que perceberam que necessário  
480 realizar algumas alterações com relação às próprias instituições, tendo em vista que a rede foi muito  
481 vinculada às universidades e não foi pensado em estratégias para que essa rede fosse efetivamente  
482 pensada na política. Compreendeu que precisam avançar na elaboração de um redesenho da rede,  
483 para que a mesma seja articulada com pessoas e instituições que tenham desejo e condições de  
484 pensar para a Política de Assistência Social. Ponderou que valor base federal por capacitando  
485 definido na Resolução CNAS nº 28/2014 foi de R\$ 600,00 e para região norte de R\$ 720,00, tendo  
486 em vista as suas especificidades e informou que foi ofertado mais 10% do valor base federal a cada  
487 pactuação. Arrazouou que, hoje, são ofertados os seguintes cursos: curso de introdução ao  
488 provimento de serviços e benefícios socioassistenciais; curso de atualização de indicadores para

489 diagnóstico e acompanhamento do SUAS; curso de atualização em gestão financeira e orçamentária  
490 do SUAS; curso de introdução ao exercício do controle social; curso de atualização da  
491 especificidade da interface da proteção social básica do SUAS; curso de atualização sobre a  
492 organização e oferta dos serviços de proteção social especial; curso de atualização para elaboração  
493 de planos de assistência social e; curso de atualização em vigilância socioassistencial do SUAS,  
494 sendo que na primeira etapa foram ofertados três cursos e na segunda etapa cinco cursos.  
495 Apresentou o status de execução de 2012, de 2013 e de 2014, em que verificaram que há uma  
496 necessidade de organização e expôs sobre o balanço final do programa, em que houve 114.091  
497 vagas pactuadas, 37.406 vagas executadas, um montante de R\$ 79 milhões e 4.806 municípios com  
498 trabalhadores capacitados. Comentou que foram encontradas as seguintes dificuldades: elaboração  
499 do termo de referência; dificuldade de morosidade no processo licitatório e diálogo com o setor  
500 jurídico; ausência de instituição no estado ou que manifeste interesse para ofertar o CapacitaSUAS;  
501 ausência de cofinanciamento estadual; infraestrutura adequada para realização dos curso; logística  
502 de execução dos cursos centralizado ou em pólos; acompanhamento, monitoramento, instrumentos  
503 e equipes suficiente disponível; mobilização dos participantes; articulação com o gestores  
504 municipais; mobilização dos trabalhadores para participação; rotatividade dos trabalhadores; carga  
505 horária dos cursos; motivação e a importância da presença dos trabalhadores; importância da  
506 participação e da avaliação; integrar as execuções dos cursos sempre na teoria e prática; articular a  
507 realidade local e especificidades do SUAS. Articulou que os resultados alcançados foram: mais 30  
508 mil trabalhadores capacitados, 70 mil vagas disponibilizadas, cerca de 5.000 municípios alcançados,  
509 articulação com as instituições de ensino, compreensão e fortalecimento do papel dos trabalhadores,  
510 clareza dos objetivos, aprimoramento do trabalho social, aprimoramento das funções de gestão,  
511 debate e mobilização para consolidação do SUAS e valorização dos trabalhadores dentro do SUAS.  
512 Acrescentou que, para além do CapacitaSUAS, possuem as seguintes ações de capacitação: curso  
513 de gestão de parceria com as organizações da sociedade civil com enfoque no SUAS, em que 99  
514 pessoas foram capacitadas; capacitação em diagnóstico socioterritorial, com a disponibilização de  
515 54 vagas e 52 pessoas capacitadas; curso de introdução ao exercício do controle social, com a  
516 disponibilização de 3.064 e 1.406 pessoas capacitadas; curso de elaboração do Plano de Educação  
517 Permanente do SUAS. Acrescentou que existe um termo de execução descentralizado entre a SNAS  
518 e a Fio Cruz, em que está sendo organizado os cursos: de cuidados e atenções no SUAS para  
519 promoção do desenvolvimento da primeira infância, com oferta de 120 vagas presenciais e 10 mil

520 vagas em EAD; de cuidados e atenções psicossociais nas instituições de acolhimento, com oferta de  
521 90 vagas presenciais; de fortalecimento de rede e atendimento psicossocial as vítimas de violência  
522 no âmbito do SUAS com 90h, com oferta de 300 vagas EAD; fortalecimento de rede e atendimento  
523 psicossocial as vítimas de violência no âmbito do SUAS com 40h; formação de rede e  
524 fortalecimento da articulação socioassistencial e intersetorial no território, com 60 vagas  
525 presenciais. Observou que esses cursos são muito importantes, visto que a intenção é colocá-los no  
526 catálogo do CapacitaSUAS, caso os mesmos sejam muito bem avaliados e informou que existe uma  
527 proposta de redesenho do CapacitaSUAS, com: a não obrigatoriedade das contratações de  
528 instituição de ensino restritas a rede; possibilidade de certificação de até 40% das metas pelo  
529 próprio estado, desde que a proposta seja submetida ao Núcleo Estadual de Educação para os cursos  
530 que fazem parte da lista do programa; possibilidade de execução de cursos propostos e elaborados  
531 pelo estado no âmbito do CapacitaSUAS; transferência de novos recursos do programa ao estado,  
532 condicionado a comprovação de execução das rodadas anteriores. A Conselheira Maíra Leilane  
533 Oliveira Almeida explanou que a Comissão de Política da Assistência Social avaliou que seria  
534 importante que todos os conselheiros tivessem acesso a essas informações e questionou se o  
535 redesenho do CapacitaSUAS seria para depois de 2025, solicitando esclarecimentos com relação ao  
536 mesmo. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão sugeriu estimular programas  
537 criados por mais de um curso, caso a ideia do redesenho das universidades seja elaborada por cursos  
538 e questionou como é realizado o monitoramento dos estados que não executaram os recursos.  
539 Informou que foi mencionado nas conferências municipais sobre a falta de flexibilidade do  
540 conteúdo dos cursos do CapacitaSUAS, não havendo adequação de acordo com as realidades locais  
541 e intuiu que é muito importante ter uma tendência elitista de capacitação de nível superior,  
542 salientando que está preocupada com as distorções que estão acontecendo na Resolução nº 09. O  
543 Conselheiro Leovane Gregório articulou que gostaria de saber qual é a dificuldade de elaborar um  
544 Núcleo de Educação Permanente nos estados e afirmou que o CNAS, com a gestão do trabalho,  
545 precisa resolver o problema com as instituições de ensino, salientando que os estados não podem  
546 ficar com recursos em conta e os trabalhadores não serem capacitados. A Conselheira Marisa  
547 Rodrigues da Silva indagou quando foi iniciado o processo de repasse de recursos dos estados e  
548 qual foi meta orçamentária estabelecida inicialmente, para que cada estado pudesse cumprir em  
549 2012, 2013 e 2014. Compreendeu que precisam realizar uma discussão com mais responsabilidade,  
550 tendo em vista a falta de compromisso dos estados. A Conselheira Edna Aparecida Alegro

551 questionou se a capacitação dos trabalhadores do SUAS tem sido realizada apenas para rede  
552 pública, pois não tem observado a capacitação dos trabalhadores da rede privada. O Conselheiro  
553 Luis Otávio Pires de Farias comentou que existe a intenção de realizar um novo aporte recursos no  
554 CapacitaSUAS antes do final de 2017 e que, puderam observar que grande parte dos estados não  
555 conseguiram cumprir as suas metas, entretanto, informou que existe um conjunto que já executaram  
556 as rodadas anteriores e que poderiam receber um novo aporte de recursos, para dar continuidade no  
557 programa. Manifestou que, no mês de setembro, estão pretendendo instituir o Núcleo Nacional de  
558 Educação Permanente e ilustrou que a devolução de recursos é uma questão complicada, uma vez  
559 que qualquer devolução de recursos não retorna ao Fundo Nacional de Assistência Social. Solicitou  
560 que fosse realizada uma reflexão, observando que existem algumas situações no próprio programa  
561 que trazem dificuldades e relatou que os estados possuem condições de fazer um bom processo.  
562 Intuiu que precisam manter a rede enquanto conjunto de instituições acadêmicas que queiram  
563 pensar sobre a educação permanente no SUAS e na Política de Assistência Social e elucidou que, a  
564 possibilidade de certificação de até 40% das metas pelo próprio estado, seria no sentido de que uma  
565 parte das vagas possa ser executada em cursos ministrados por funcionários do próprio estado. A  
566 Conselheira Maíra Leilane Oliveira Almeida ponderou que um dado preocupante, que necessitaria  
567 de uma avaliação, seria em relação evasão e desistência nos cursos, questionando se existe alguma  
568 justificativa por parte do estado com relação à evasão. A Sra. Maria Izabel de Amorim esclareceu  
569 que sempre é orientado que se deixe uma lista de espera de candidatos para realização dos cursos,  
570 salientando que existem questões que contribui para essa evasão, exemplificando as mesmas.  
571 Iniciando a apresentação dos impactos da Reforma Trabalhista no SUAS, a Sra. Maria Izabel de  
572 Amorim apresentou um panorama acerca dos dados dos trabalhadores, explanando que as equipes  
573 de referência são constituídas por servidores efetivos, responsáveis pela organização e oferta de  
574 serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial. Informou que a  
575 NOB estabeleceu a composição obrigatória das equipes de referência, mencionando a composição  
576 de cada área e arrazoou que a Resolução nº 17 ratifica a equipe de referência e reconhece as  
577 categorias profissionais de nível superior do SUAS para os serviços socioassistenciais e funções de  
578 gestão. Discorreu que a Resolução nº 19 ratifica e reconhece as ocupações e áreas de ocupação dos  
579 profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS em consonância com a NOB e que,  
580 pensando na desprecarização dos vínculos do trabalho é entendido que o caráter público da  
581 prestação dos serviços socioassistenciais são ações contínuas destinadas a garantir ao cidadão as

582 suas necessidades básicas, ações sistemáticas contínuas, conhecimento do território, sistematização  
583 de diagnóstico e etc.. Apresentou alguns dados em relação aos trabalhadores de acordo com o  
584 Censo SUAS. A Sra. Caroline, Representante da Coordenação Geral de Gestão do Trabalho e  
585 Educação Permanente, complementou que a Constituição Federal traz as principais regras de  
586 ingresso na administração pública federal dos estados e dos municípios e que a Lei nº 8.745 traz as  
587 regras dos contratos temporários. Postulou que outra forma de ingresso na administração pública é o  
588 empregado público, que é tratado na Lei Federal nº 9962/2000, em que são abordadas algumas  
589 diretrizes e acolhe as regras da CLT. Apresentou as diferenças entre cada modelo de ingresso e  
590 relatou que a lei que trata da terceirização dos serviços, cita que: “*As relações de trabalho na*  
591 *empresa de trabalho temporário, na empresa de prestação de serviços e na respectiva tomadora de*  
592 *serviços e contratante...*”, não havendo consenso no meio jurídico da sua aplicação na  
593 administração pública, pelos seguintes itens: falta de referência sobre administração pública; falta  
594 de diferenciação entre atividade meio e atividade fim; aparente conflito com o Art. 37 da  
595 Constituição Federal. Explanou que, especificamente sobre a Política de Assistência Social, a oferta  
596 pode ser realizada por organização da sociedade civil, que como pública fosse sendo que LOAS  
597 aborda que apenas a administração pública ou as entidades de assistência social podem ofertar as  
598 ações, havendo o entendimento que não se aplicaria as entidades a possibilidade de contratação de  
599 prestador de serviços. Expôs as principais normativas da Assistência Social com relação às equipes  
600 de referências, destacando que existe um tratamento diferenciado para as ofertas da assistência,  
601 posto que existe o entendimento que são atividades exclusivas de estado ou atividades fins do  
602 SUAS. Com relação à Reforma Trabalhista, informou que poderiam ser afetados os empregados  
603 públicos e os trabalhadores de entidades no âmbito da Assistência Social, mencionado os itens  
604 alterados que terão impactos. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão entendeu  
605 que o Brasil está estarecido com as propostas da Reforma Trabalhista e Previdenciária, com o  
606 desmonte e a perda de vários direitos históricos conquistados e ressaltou que a apresentação não  
607 retrata a realidade dos problemas que serão enfrentados. Criticou o MDS pela forma de  
608 apresentação sobre os trabalhadores, que se restringe apenas a equipe de referência, salientando que  
609 é necessário ter uma apresentação sobre todos os trabalhadores do SUAS. O Conselheiro Benedito  
610 Augusto de Oliveira compreendeu que o debate da Reforma Trabalhista é muito mais profundo com  
611 relação ao impacto no SUAS e que, não existe garantia que o setor público da área da assistência  
612 social não será atingido por essa reforma. Lamentou sobre o tempo para realização desse debate no

613 Pleno e inferiu que seria interessante elaborar um documento, nos mesmos moldes do que foi  
614 elaborado para a Reforma da Previdência. O Conselheiro Leovane Gregório indagou como será  
615 elaborado o processo de regularização para implantação das normativas da reforma e a Conselheira  
616 Norma Suely de Souza Carvalho registrou que a sua entidade está muito preocupada com essa  
617 reforma, uma vez que as parcerias com as entidades já são precarizadas. O Presidente Fábio  
618 Moassab Bruni parabenizou pela apresentação e concordou em realizar a elaboração de uma nota,  
619 porém, sobre a gestão do trabalho no SUAS e dos impactos, destacando que as tentativas de  
620 flexibilização das leis trabalhistas nunca trouxeram ganhos positivos à população, sugerindo a  
621 criação de uma Comissão para elaboração dessa nota. A Sra. Caroline explanou que o debate  
622 realizado pelo departamento foi baseado nos impactos do SUAS, entendendo que realmente existe  
623 outras nuances dos impactos nos trabalhadores em decorrência dos usuários e notificou que o debate  
624 ainda não foi finalizado. Entendeu que não haverá outras regulamentações, pois, a CLT congrega  
625 todas as normas em relação ao direito trabalhista e que, acontecerá um acúmulo na justiça  
626 trabalhista. A Conselheira Clátia Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos  
627 Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF, inferiu que  
628 apenas podem elaborar um documento propondo uma medida provisória clara, que garantirá  
629 minimamente que a Política de Assistência Social continue caminhando. O Presidente Fábio  
630 Moassab Bruni entendeu que precisam seguir uma linha, independente da Conferência Nacional,  
631 sugerindo apenas elaborar uma nota abordando sobre o SUAS, ficando a proposta da Conselheira  
632 Clátia Regina Vieira para amadurecimento. A Sra. Maria Izabel de Amorim afirmou que, na  
633 apresentação inicial sobre o CapacitaSUAS, havia mais dados, porém, tiveram que eleger as  
634 informações mais importante devido ao tempo para apresentar dois itens de pauta. Agradeceu a  
635 oportunidade e colocou a Coordenação a disposição para contribuir na elaboração da nota.

636 **ENCERRAMENTO 16/08/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença de  
637 todos e encerrou o primeiro dia da 247ª Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA 17/08/2017:** O  
638 Presidente Fábio Moassab Bruni iniciou o segundo dia da 247ª Reunião Ordinária do CNAS  
639 cumprimentando a todos e solicitou que a Secretária Executiva do CNAS realizasse a verificação do  
640 quórum. Verificado o quórum, Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos iniciou o relato  
641 da Reunião da Presidência Ampliada, realizada no dia 15 de agosto de 2017, expondo os  
642 participantes presentes e informou foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Informe das  
643 Reuniões das Comissões Temáticas. Item II) Convite para o CNAS indicar quatro representantes

644 para o Fórum Interconselhos a ser realizado nos dias 28 e 29 de setembro de 2017, na Escola  
645 Nacional de Administração Pública – ENAP, em Brasília. Encaminhamento: A sociedade civil  
646 indicará o nome dos quatro conselheiros a Secretaria Executiva do CNAS até o dia 1º de setembro  
647 de 2017. Item III) Convite para participação nas oficinas regionais sobre os grupos populacionais  
648 tradicionais específicos no Cadastro Único e no Bolsa Família. Encaminhamentos: 01) Consultar a  
649 SENARC sobre a possibilidade de custear passagem e diárias para um representante do CNAS para  
650 cada regional; 02) Para representar o CNAS na regional sul, a Presidência Ampliada sugere a  
651 Conselheira Silvia Ramires, que reside em Porto Alegre e na regional norte, a Conselheira Maria  
652 José Vasconcelos, que estará em Manaus nos dias 18 a 20 de outubro para a Conferência Estadual.  
653 Item IV) Ofício do CMAS/BH nº 100/2017 do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo  
654 Horizonte, sobre a implementação do vínculo SUAS na Rede Privada Socioassistencial.  
655 Encaminhamento: Enviar para Comissão de Normas. Item V) Informes. Item VI) Pauta da 258ª  
656 Reunião do CNAS de setembro de 2017: Dia 18/09 – das 09h00 as 12h00 – Reunião da Comissão  
657 de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda da Assistência Social; das 14h00 as  
658 17h00 – Reunião Conjunta entre a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
659 Renda da Assistência Social e a Comissão de Normas da Assistência Social; das 14h00 as 18h00 –  
660 Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais. Dia 19/09:  
661 das 09h00 as 16h00 – Reuniões das Comissões Temáticas; das 16h00 as 18h00 - Presidência  
662 Ampliada. Dia 20/09: 258ª Reunião Ordinária do CNAS - 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata da  
663 257ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 258ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 as 11h00  
664 – Informes da Presidência, Secretária Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e  
665 Conselheiros; das 11h00 as 12h00 – Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional  
666 de Assistência Social; das 14h00 as 16h00 – Painel – O Perfil dos Usuários do SUAS no Recorte de  
667 Gêneros e Empoderamento das Mulheres na Participação das Políticas de Assistência Social; das  
668 16h00 as 18h00 – Balanço dos Serviços de Acolhimento. Dia 21/09 – Continuação da 257ª Reunião  
669 Ordinária do CNAS – das 09h00 as 10h00 – Relato da Presidência Ampliada; das 10h00 as 11h00 –  
670 Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 11h00 as 12h00 -  
671 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 14h00 as 15h00 - Relato da Comissão de  
672 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 15h00 as 16h00 – Relato da Comissão  
673 de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda da Assistência Social; das 16h00 as  
674 17h00 - Relato da Comissão de Políticas da Assistência Social; das 17h00 as 18h00 – Relato da

675 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais. A Vice-Presidente  
676 Rosângela Maria Soares dos Santos informou que a sociedade civil indicou os seguintes  
677 representantes para participação do Fórum Interconselhos: Conselheiro Carlos Nambu, Conselheiro  
678 Samuel Rodrigues, Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira e Conselheira Maria José  
679 Vasconcelos Barreto Carvalho. Com relação ao encaminhamento a SENARC sobre a possibilidade  
680 de custear passagem e diárias para um representante do CNAS para cada regional, a Conselheira  
681 Solange Teixeira informou que a SENARC está tentando atender essa possibilidade, tendo em vista  
682 que a mesma está com orçamento no limite devido à participação nas conferências e registrou que a  
683 Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida possui interesse de participar. A Vice-Presidente  
684 Rosângela Maria Soares dos Santos explicou que a Conselheira Silva Ramires não poderá participar  
685 da Regional Sul, indicando a Conselheira Elisa Maciel Costa e acrescentou que indicaram o  
686 Conselheiro Leovane Gregório para participar da Regional Sudeste e a Conselheira Luziana  
687 Carvalho de Albuquerque Maranhão para a Regional Norte II, porém, entendeu podem discutir  
688 essas indicações. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva sugeriu que a Conselheira Máira Leilane  
689 Oliveira Almeida participe da Regional Nordeste representando o CONGEMAS, uma vez que o  
690 mesmo foi convidado. Como a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida já havia se  
691 disponibilizado a participar da Regional Nordeste, o Presidente Fábio Moassab Bruni propôs que a  
692 Conselheira Elcimara Rangel Loureiro Alcício participasse da Regional Sudeste. Após algumas  
693 discussões os conselheiros consensuaram as seguintes indicações para participação nas oficinas  
694 regionais sobre os grupos populacionais tradicionais específicos no Cadastro Único e no Bolsa  
695 Família: Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho – Regional Norte; Conselheira Elisa  
696 Maciel Costa – Regional Sul; Conselheira Elcimara Rangel Loureiro Alcício – Regional Sudeste;  
697 Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida – Regional Nordeste II. A Conselheira Clátia Regina  
698 Vieira se disponibilizou para participar da Regional Sudeste pela sua instituição, solicitando apenas  
699 o ofício para comprovação de sua participação. Com relação à pauta da 258ª Reunião Ordinária do  
700 CNAS, a Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça compreendeu que apenas duas horas para  
701 apresentação dos dois itens de pauta do período da tarde do dia 20 de setembro será inviável, por  
702 serem itens muito importantes. Sugeriu que um dos itens seja realizado no período da manhã do dia  
703 21 de setembro, para que haja uma discussão mais aprofundada. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
704 propôs que a pauta fosse mantida e a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida esclareceu que a  
705 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris apresentará um balanço geral dos serviços de



706 acolhimento e lembrou que a Comissão de Política havia solicitado que fosse convidada a Secretaria  
707 Especial de Políticas para as Mulheres para tratar sobre o painel sobre o perfil dos usuários do  
708 SUAS no recorte de gêneros e empoderamento das mulheres na participação das Políticas de  
709 Assistência Social. A Conselheira Clátia Regina Vieira compreendeu que o tempo de quatro horas  
710 para a realização da Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências  
711 Nacionais seria muito curto, sugerindo que a reunião se inicie no período da manhã e informou que  
712 não poderá participar da reunião em Vitória. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos  
713 solicitou que a Secretaria Executiva envie os arquivos da Comissão de Monitoramento das  
714 Deliberações das Conferências Nacionais, para que se apropriem dos trabalhos já realizados. A Sra.  
715 Maria das Mercês de Avelino Carvalho explanou que a Comissão de Monitoramento se dedicou  
716 muito ao processo conferencial até a IX Conferência Nacional, sendo que foi realizada uma  
717 atualização dos estudos de 2004 a 2013. Esclareceu que o estudo foi muito bem elaborado  
718 juntamente com a SNAS, visto que essa Comissão possui uma tarefa nova a partir do II Plano  
719 Decenal e ponderou que a realização da reunião no período da tarde foi devido à questão dos  
720 recursos. A Conselheira Clátia Regina Vieira articulou que poderiam analisar com a Comissão  
721 sobre a possibilidade de os membros apenas chegarem ao período da manhã, para que pudessem  
722 iniciar a reunião um pouco mais cedo e a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida sugeriu  
723 iniciar a reunião mais cedo com os membros que poderão estar presentes. O Presidente Fábio  
724 Moassab Bruni concordou com a sugestão e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos  
725 solicitou que a Comissão fosse recomposta, tendo em vista que foram alteradas as composições do  
726 FONSEAS e do CONGEMAS. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da  
727 Presidência Ampliada foi aprovado. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão  
728 iniciou o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social,  
729 realizada no dia 15 de agosto de 2017, elencando os conselheiros, ouvintes e convidados presentes e  
730 discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Definição do Coordenador e  
731 Coordenador Adjunto da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social de  
732 acordo com o Artigo 38 §1º do Regimento Interno do CNAS. Encaminhamento: A Conselheira  
733 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão foi reconduzida na função de Coordenadora da  
734 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, tendo-se também sido reconduzida a Conselheira  
735 Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho a função de Coordenadora Adjunta. Item II) Informes: a)  
736 Apresentação do quantitativo de demandas respondidas pela CAC e da área de Vigilância

737 Socioassistencial sobre a situação do cadastro dos Conselhos de Assistência Social no Cadastro  
738 Nacional do SUAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere que a Secretaria Executiva do  
739 CNAS busque maior detalhamento da informação captada pelo Cadastro Nacional do SUAS  
740 diretamente com os Conselhos de Assistência Social; 02) A Comissão sugere contato telefônico  
741 com os conselhos que não estão ativos; 03) A Comissão sugere o envio de *e-mail* aos Conselhos  
742 que estão sem Presidente. b) Apresentação de cronograma para revisão e finalização do tutorial de  
743 Boas Vindas aos Novos Conselheiros de Assistência Social. Encaminhamento: A Comissão sugere  
744 aprovação do cronograma, para revisão e finalização do Tutorial de Boas Vindas aos Novos  
745 Conselheiros da Assistência Social, conforme apresentado, com a inclusão da apresentação  
746 resumida do tutorial na Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF de setembro. Item  
747 III) Discussão de Proposta de Seminário em Educação Permanente no SUAS em 2018.  
748 Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere alterar o título da proposta do seminário para: Os  
749 Conselhos de Assistência Social e as Relações Interconselhos na Perspectiva da Garantia de  
750 Direitos; 02) A Comissão sugere a formação de uma Subcomissão específica para trabalhar a  
751 proposta preliminar do seminário formada por dois conselheiros da CAC, Conselheira Luziana  
752 Carvalho de Albuquerque Maranhão – Sociedade Civil e um representante do governo, com  
753 realização de convite de participação de representante do GDSUAS/SNAS, SENARC, SAGI e  
754 CONGEMAS; 03) A Comissão sugere que a Subcomissão realize a primeira reunião no dia 31 de  
755 agosto para apresentação preliminar de propostas. Item IV) Definição de pauta para reunião de  
756 setembro: Leitura e Discussão da Primeira Revisão do Tutorial de Boas Vindas aos novos  
757 Conselheiros da Assistência Social; Relato dos Trabalhos da Comissão Responsável pelo Seminário  
758 em Educação Permanente do SUAS; Relato do Retorno do Contato Realizado pela Secretaria  
759 Executiva do CNAS com os Conselhos Municipais com problemas sobre a Situação do Cadastro no  
760 CADSUAS. Seguindo para o relato da Reunião Conjunta entre a Comissão de Acompanhamento  
761 aos Conselhos da Assistência Social e a Comissão de Normas de Assistência Social, realizada no  
762 dia 15 de agosto de 2017, a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão expôs os  
763 conselheiros, convidados e ouvintes presentes e ponderou que foi debatido o seguinte item de pauta:  
764 Item I) Atualização das Leis de Criação do SUAS e dos Conselhos de Assistência Social.  
765 Encaminhamentos: 01) As Comissões sugerem a ampla divulgação dos materiais existentes de  
766 orientação sobre a Lei do SUAS (Caderno de Orientação, Minuta de Legislação e Perguntas e  
767 Respostas) na Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF de setembro; 02) As

768 Comissões sugerem solicitar ao DGSUAS exemplares da Cartilha de Orientações aos Municípios  
769 sobre a Regulamentação da Política Municipal de Assistência Social, para distribuição na Reunião  
770 Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF de setembro; 03) As Comissões sugerem a  
771 produção de material *on-line* em vídeo a ser articulado com a ASCOM/MDS para promover a  
772 sensibilização dos entes federados nas respectivas atualizações da Lei do SUAS; 04) As Comissões  
773 sugerem a mobilizar amplamente as Conferências Estaduais da temática. O Presidente Fábio  
774 Moassab Bruni questionou se houve algum debate sobre os custos para a realização do Seminário  
775 em Educação Permanente no SUAS em 2018 e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque  
776 Maranhão informou que será realizada uma reunião da Comissão, no dia 31 de agosto, para  
777 debaterem sobre essa questão. O Conselheiro Luis Otávio Pires de Farias solicitou ao Presidente do  
778 CNAS que coordenasse uma integração com o Departamento de Gestão do SUAS, uma vez que  
779 parte dessas questões deve ser trabalhadas com notificações aos Conselhos e aos Gestores e  
780 informou que o Tribunal de Contas da União tem feito questionamentos muito incisivos sobre a  
781 competência dos Conselhos Municipais para análise das contas, destacando que a fragilidade dos  
782 Conselhos Municipais colocam em dúvida vários pilares de sustentação do SUAS. Com relação ao  
783 encaminhamento de divulgação dos materiais existentes de orientação sobre a Lei do SUAS na  
784 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF, o Presidente Fábio Moassab Bruni  
785 articulou que tentarão ajustar um horário para divulgação dos materiais, porém, salientou que a sua  
786 programação está muito densa. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da  
787 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da Reunião Conjunta entre a  
788 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da Comissão de Normas da  
789 Assistência Social foram aprovados. A Conselheira Maria Amélia Sasaki informou que o MDS  
790 ganhou o Prêmio Inovação na Gestão Pública que é promovido pela ENAP e passou ao relato da  
791 Comissão de Normas da Assistência Social, realizada no dia 15 de agosto de 2017, elencando os  
792 conselheiros, convidados e ouvintes presentes. Articulou que foram debatidos os seguintes itens de  
793 pauta: Item I) Definição do Coordenador e Coordenador Adjunto da Comissão de Normas de  
794 Acordo com o Art. 38 § 1º do Regimento Interno do CNAS. Encaminhamento: A Comissão em  
795 consenso e de acordo com o §1º do Artigo 38 do Regimento Interno do CNAS, manifestou-se pela  
796 recondução da Conselheira Mariana de Souza Machado Neris como Coordenadora da Comissão de  
797 Normas da Assistência Social e da Conselheira Maria Amélia Sasaki como Coordenadora Adjunta  
798 da Comissão de Normas da Assistência Social. Item II) Apresentação do Segundo Relatório

799 Trimestral/2017 com as informações sobre os Processos de Certificação de Entidades da Rede de  
800 Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS nº 18/2011, pelo  
801 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP. Encaminhamentos: 01) A  
802 Comissão sugere repassar o Segundo Relatório Trimestral/2017 por estados para os respectivos  
803 Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS/DF, conforme disposto no §2º do Artigo 3º da  
804 Resolução CNAS nº 18/2011, solicitando que os mesmos que realizem o monitoramento da  
805 execução das atividades de entidades certificados de acordo com o disposto nos §1º e 2º do Artigo  
806 1º da Resolução CNAS nº 29/2011; 02) Encaminhar aos Conselheiros do CNAS o Segundo  
807 Relatório Trimestral/2017 sobre o Processo de Certificação de Entidades Beneficentes de  
808 Assistência Social no âmbito do MDS apresentado pelo Departamento da Rede Sociassistencial  
809 Privada do SUAS – DRSP. Item III) Apresentação da Primeira Versão da Pesquisa visando  
810 subsidiar as questões regimentais na discussão para atualização do Regimento Interno do CNAS,  
811 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Por solicitação do IPEA, em *e-mail*  
812 encaminhado a Secretaria Executiva do CNAS, no dia 14 de agosto de 2017, o debate acerca do  
813 Regimento Interno do CNAS será adiado até que o IPEA conclua os estudos da matéria, para  
814 subsidiar o debate para a Comissão. Item IV) Discussão da Minuta de Alteração acerca do Decreto  
815 nº 5.003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no  
816 CNAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere solicitar a CONJUR/MDS a participação na  
817 próxima reunião para acompanhar a continuidade do debate e apresentar posicionamento jurídico  
818 entorno dos temas levantados pela Comissão da representatividade dos Conselheiros, da recondução  
819 e da paridade. Item V) Reunião Conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos,  
820 atualização da Lei de Criação dos Conselhos de acordo com a legislação do SUAS. Apresentação  
821 do relato da Reunião Conjunta será apresentada pela Coordenação da Comissão de  
822 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Item VI) Definição da Pauta para o mês de  
823 setembro/2017: Apresentação de Balanço sobre os Serviços de Acolhimento, incluindo acolhimento  
824 de pessoas idosas do âmbito do SUAS pela SNAS; Socialização dos conteúdos tratados na Oficina  
825 de Capacitação sobre o Preenchimento do CNEAS realizado no Estado do Espírito Santo, pelo  
826 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP; Apreciação da Relação dos  
827 Projetos de Lei que estão em Tramitação no Congresso afetos a Política da Assistência Social, tendo  
828 como convidados: Assessoria Parlamentar do MDS – ASPAR e o Departamento de Gestão do  
829 SUAS – DGSUAS/MDS; Retomada da Discussão da Minuta de Alteração do Decreto nº

830 5003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no CNAS  
831 em conjunto com a CONJUR/MDS. A Conselheira Edna Aparecida Alegro sugeriu a retirada do  
832 encaminhado de repassar o Segundo Relatório Trimestral/2017 dos estados para os respectivos  
833 Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS/DF, uma vez que a Resolução CNAS nº 29/2011  
834 trata sobre a representação contra entidade certificada. A Conselheira Norma Suelly de Souza  
835 Carvalho propôs que o encaminhamento fosse mantido, porém, retirando a menção com relação à  
836 Resolução CNAS nº 29/2011. O Presidente Fábio Moassab Bruni relatou que ficou com dúvida em  
837 relação à apresentação de balanço sobre os serviços de acolhimento, incluindo acolhimento de  
838 pessoas idosas do âmbito do SUAS pela SNAS, sendo que o mesmo estará na pauta da Reunião  
839 Ordinária do CNAS e a Conselheira Norma Suelly de Souza Carvalho esclareceu que será realizado  
840 apenas um informe sobre os projetos ligados as pessoas idosas, sugerindo alterar a redação. Não  
841 havendo mais nenhuma manifestação, o relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência  
842 Social foi aprovado. Prosseguindo para o relato da Reunião da Comissão de Políticas da Assistência  
843 Social, realizada no dia 15 de agosto de 2017, a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida expôs  
844 os conselheiros presentes e ponderou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)  
845 Oficina Colaborativa de Desenvolvimento de Habilidades e Orientação para o Mundo do Trabalho.  
846 Item II) Definição da pauta para reunião de setembro/2017: Balanço da Expansão e Qualificação  
847 dos Serviços e Benefícios e as Unidades Socioassistenciais da Proteção Social Básica, tendo como  
848 convidada a SNAS; Informes sobre a Parceria entre MDS e Secretaria Especial de Políticas de  
849 Promoção de Igualdade Racial, sobre a discussão da Igualdade Racial e Gênero no SUAS, tendo  
850 como convidada a SNAS; Definição da Metodologia e dos convidados para os dois temas da  
851 reunião da Comissão de Política em outubro que terá com temas: Papel da Assistência Social no  
852 Plano de Ação Intersetorial da Prevenção da Violência e da Criminalidade e o Papel da Assistência  
853 Social no Acolhimento dos Refugiados Imigrantes. A Conselheira Elisa Maciel Costa informou que  
854 foram realizadas uma série de construções na Oficina Colaborativa de Desenvolvimento de  
855 Habilidades e Orientação para o Mundo do Trabalho, salientando sobre o racismo institucional  
856 existente nos municípios. A Conselheira Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto  
857 Pescar, discorreu que a oficina trouxe a oportunidade de perceber as diferentes visões, atuações e  
858 concepções dos estados e dos municípios sobre a questão do mundo do trabalho e das articulações  
859 com a Assistência Social e a Conselheira Clátia Regina Vieira parabenizou pela oficina e ressaltou  
860 que a mesma trouxe questões que precisam ter atenção, ponderando que seria interessante que

861 pudessem ter acesso ao material apresentado. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira,  
862 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS, esclareceu que a realização dessa  
863 oficina foi uma decisão muito importante da Proteção Social Básica, que possuía como objetivo  
864 uma construção compartilhada e postulou que será realizado um filtro dos pontos críticos e da  
865 metodologia, transformando a metodologia em orientações técnicas e transferindo os pontos críticos  
866 para uma análise transversal da proteção básica como um todo. Saliou que o preconceito  
867 institucional é algo que já estão trabalhando e compreendeu que possuem um exercício enorme de  
868 conseguir transmitir, para os estados e para os municípios, qual é o papel do novo modelo do  
869 ACESSUAS. Explicou que não levam os usuários a oficina, por se tratar de um elemento novo,  
870 afirmando que, posteriormente, serão elaborados grupos focais com os usuários dos serviços  
871 específicos. A Conselheira Elisa Maciel Costa ponderou que o consultor da oficina realizada no  
872 período da tarde do segundo dia não teve sensibilidade, realizando uma condução muito dúbia e  
873 problemática. Não havendo mais nenhuma explicação, o relato da Reunião da Comissão de Política  
874 da Assistência Social foi aprovado. Prosseguindo para avaliação do Programa Primeira Infância no  
875 SUAS – Aspectos Técnicos, Administrativos e Financeiros – Resolução CNAS nº 19/2016, o Sr.  
876 Halim Antônio Girade, Secretária Nacional de Promoção ao Desenvolvimento Humano,  
877 cumprimentou a todos e realizou um breve relato sobre o seu histórico profissional. Arrazoou que,  
878 quando chegou ao MDS, o Programa Primeira Infância no SUAS estava avançando no processo de  
879 treinamento de multiplicadores, sendo que das 27 unidades da Federação, 19 implantaram os seus  
880 Comitês Gestores. Discorreu que existem 81 multiplicadores capacitados, visto que falta capacitar  
881 25 multiplicadores e complementou que foram contratados 1.505 supervisores, restando realizar a  
882 contratação de 1.064. Informou que de um total de 5.570 municípios apenas 3.279 era elegíveis ao  
883 programa, sendo que 2.484 fizeram a adesão ao mesmo e que 41 municípios, dos 2.484, desistiram  
884 do programa e 53 municípios foram adicionados ao programa com o novo termo de adesão.  
885 Ponderou que foram contratados 2.399 visitantes, restando realizar a contratação de 9.108  
886 visitantes nos municípios, destacando que a contratação dos mesmos se iniciou em julho.  
887 Articulou que os estados de Minas Gerais e Santa Catarina não aderiram ao Programa Criança Feliz,  
888 entretanto, 11 municípios de Santa Catarina e 243 municípios de Minas Gerais aderiram,  
889 explicando que o Governo Federal pode realizar a capacitação pelo pacto, que já está em  
890 andamento. Apresentou sobre a situação de realização dos seminários de alinhamentos, da  
891 realização da capacitação dos supervisores por unidade, dos Comitês Gestores Intersetoriais

892 municipais e do treinamento na ENAP dos multiplicadores estaduais. Apresentou também o  
893 cronograma de ações realizadas durante o exercício de 2016 e 2017, fotos das primeiras visitas  
894 realizadas e algumas publicações sobre a importância da primeira infância. Ressaltou que foram  
895 repassados R\$ 19,4 milhões, em parcela única, para os estados e R\$ 94 milhões para os municípios,  
896 totalizando R\$ 113 milhões. Relatou que de novembro de 2016 a fevereiro de 2017 havia uma meta  
897 de 373 mil indivíduos, uma vez que existe a expectativa de chegar à meta de 523 mil indivíduos em  
898 julho e agosto de 2017. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira informou que será exposta as  
899 ações técnicas no âmbito do SUAS, apresentando as atribuições das Secretaria Nacional de  
900 Assistência Social e da Secretaria de Promoção ao Desenvolvimento Humano. Reforçou que as  
901 ações de Proteção Social Básica no âmbito do Programa Criança Feliz se dão com foco na atuação  
902 da perspectiva preventiva, protetiva e proativa e de forma a dar respostas as famílias através da  
903 integração de programas, projetos, benefícios e ações da Assistência Social e demais políticas.  
904 Articulou que o CRAS representa a principal estrutura física na oferta de serviço na proteção básica,  
905 sendo que a principal ação da SNAS é focar o apoio técnico fortalecendo a rede de CRAS, para que  
906 ocorra a visita dentro da estrutura e regulamentação do SUAS. Apresentou as ações previstas no  
907 eixo de gestão territorial, de pontecialização das ofertas do PAIF, de qualificação da oferta do  
908 serviço de convivência de zero a seis anos e de fortalecimento da implantação dos serviços de  
909 Proteção Social Básica no domicílio do Programa Primeira Infância no SUAS que estão citadas na  
910 resolução aprovada pelo CNAS. Comunicou que foi iniciado um processo permanente de apoio  
911 descentralizado e regionalizado, passando por todas as regiões do país, em que trouxeram o diálogo  
912 do fortalecimento da Proteção Social Básica para o programa. Arrazouo que, na última reunião da  
913 CIT, foram realizados alguns questionamentos referente ao balanço do Programa Criança Feliz,  
914 sendo que o FONSEAS apresentou um questionamento sistematizado através de um relatório  
915 técnico e informou que foi pactuado a reabertura da Câmara Técnica da Primeira Infância, para  
916 discutir esses questionamentos. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva discorreu que consideram  
917 importante que haja uma atuação dentro da política do SUAS para a primeira infância e acrescentou  
918 que o município de Guamaré possui o Programa de Atendimento na Primeira Infância, que foi  
919 idealizado e contextualizado dentro do SUAS. Ilustrou que é necessário mais avanços no eixo da  
920 concepção do Programa Primeira Infância no SUAS e que, gostaria de entender como está o papel  
921 da Coordenação do programa em cada Secretaria. Comentou que o CONGEMAS continua  
922 insistindo que esse programa tenha a sua inclusão dentro dos serviços e que possa incorporar, de

923 fato, a primeira infância dentro do SUAS, sugerindo reformular a proposta de tipificação para  
924 incorporar o serviço em domicílio e a Resolução CNAS nº 09. O Conselheiro Leovane Gregório  
925 entendeu que precisam começar a repensar a criação dos programas que são elaborados a nível  
926 federal, uma vez que existe uma série de questionamentos e solicitou a retirada da instrução  
927 operacional do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS do item que trata sobre a contratação  
928 do estagiário, sendo que essa questão não está prevista na resolução. A Conselheira Elcimara  
929 Rangel Loureiro Alício manifestou que não se faz política pública efetiva sem recurso, destacando a  
930 dificuldade financeira que os municípios estão passando e sugeriu que seja realizado um  
931 levantamento de quanto o programa custará, para que o mesmo seja bem executado. A Conselheira  
932 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão articulou que os parâmetros internacionais não  
933 garantem a realização de um bom programa e destacou que ficou muito preocupada com o  
934 depoimento dos gestores relatando que a ação do visitador social é entendida como uma ação da  
935 saúde. Intuiu que é muito importante que o CNAS tenha um exemplar da cartilha de instrução  
936 operacional, para que se pudessem debruçar sobre a mesma e que haja uma discussão sobre a  
937 questão dos estagiários. A Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça questionou quantas crianças  
938 estão sendo atendidas pelo programa efetivamente, se existe esse mapeamento por estados e  
939 municípios e qual é o perfil dessas crianças. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira elucidou  
940 que existe uma dúvida com relação aos resultados do programa e com relação o papel dos  
941 trabalhadores, salientando que é necessário ter conhecimento sobre o conteúdo das cartilhas, para  
942 que seja realizado um debate qualificado. O Sr. Halim Antônio Girade esclareceu que foi exposto,  
943 na apresentação da Conselheira Renata Aparecida Ferreira, o papel da SNAS e da SNPDI e  
944 compreendeu que, com a preparação dos multiplicadores e com o treinamento dos supervisores,  
945 haverá dezenas de municípios iniciando as visitas. Ressaltou que é uma preocupação a questão da  
946 Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que estão orientando os estados e municípios de acordo com  
947 as experiências exitosas de outros estados e municípios. Elucidou que as parcelas repassadas aos  
948 estados e municípios foram para cobrir os custos do programa e concordou que não podem se  
949 basear em experiências internacionais para executar o programa, esclarecendo que apenas  
950 trouxeram evidências científicas da importância de se tratar a primeira infância. Com relação à  
951 questão dos estagiários, comentou que ainda não pode esclarecer sobre o tema, porém, afirmou que  
952 serão trabalhados com estagiários de áreas de graduação, especialmente dos cursos de psicologia,  
953 assistência social e etc.. Informou que os municípios estão realizando os primeiros registros de



954 equipe e de atendimento e ainda não possui um relatório com dados para informe e destacou que  
955 espera que o programa se transforme em uma política de estado. O Conselheiro Leovane Gregório  
956 ponderou que gostaria de conhecer os documentos que estão sendo elaborado com relação às  
957 articulações intersetoriais e entendeu que precisam definir que a União fará o papel do estado, para  
958 aqueles que não realizaram a adesão ao programa, tendo em vista que a resolução não previu essa  
959 questão. Indagou como estão sendo formados os Comitês Gestores Estaduais. A Conselheira Edna  
960 Aparecida Alegro questionou se existe algum enfoque para a pessoa com deficiência, que  
961 necessitam de outras ações e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão postulou  
962 que a Lei do Estágio cita que o estagiário não pode substituir o trabalhador e que é necessário ter  
963 um profissional da área para o seu acompanhamento. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira  
964 informou que, quando o programa foi submetido à aprovação do CNAS, o MDS não tinha a  
965 configuração existente hoje da SNPDI e nem o desenho da intersetorialidade e afirmou que a  
966 Câmara Técnica cumprirá o papel de definir as ações que são do SUAS e a metodologia. O Sr.  
967 Halim Antônio Girade ilustrou que as questões para o estagiário ainda não estão definidas, porém,  
968 levará em consideração a lei e que, estão contempladas 75 mil crianças com deficiência. Notificou  
969 que o Ministro Osmar Terra agendou reunião com os outros Ministros das outras áreas envolvidas  
970 no Programa Criança Feliz e visitas a cada um dos Fóruns de Secretários e ponderou que existem  
971 pessoas responsáveis para cuidar de Minas Gerais e de Santa Catarina. Explicou que os Comitês  
972 Intersetoriais Estaduais e Municipais devem ser formados pelas áreas de assistência social, saúde,  
973 educação, direitos e cultura, agregando outras instituições que trabalham com crianças e que, os  
974 Comitês Operacionais Estaduais estão vinculados ao multiplicador e os Comitês Operacionais  
975 Municipais estão vinculados ao supervisor e ao visitador. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
976 agradeceu pelos esclarecimentos e informou que a Conselheira Elisa Maciel Costa permanecerá  
977 como representante titular do CNAS na Câmara Técnica da Primeira Infância e o Conselheiro  
978 Leovane Gregório será o representante suplente do CNAS. Sugeriu que a próximo balanço do  
979 Programa Primeira Infância no SUAS seja realizado em novembro, tendo em vista que outubro  
980 haverá várias conferências estaduais. Lembrou que houve um encaminhamento para a criação de  
981 uma Comissão para elaboração de uma manifestação em relação aos impactos Reforma Trabalhista  
982 e a Terceirização, entretanto, houve consenso entre os Conselheiros de que o tema não cabe um  
983 posicionamento, uma vez que a Reforma Trabalhista já foi aprovada. **ENCERRAMENTO**

984 **17/08/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou a 257ª  
985 Reunião Ordinária do CNAS.  
986